



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008021-06.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar**
 Requerente: **Justiça Pública**
 Requerido: **Paulo Eduardo do Amaral Cezar e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer c.c. internação psiquiátrica compulsória proposta pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo** em face do **Município de São Carlos** e de **Paulo Eduardo do Amaral Cezar**.

Afirma o Ministério Público, em resumo, que o requerido Paulo, filho de criação/neto da idosa Odila Boscolo César, está acometido de "transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas - síndrome de dependência (CID 10 F19.2). Relata que Paulo vem violando direitos da idosa, ora consumindo entorpecente no interior da residência, ora trazendo estranhos para dentro da casa e apresenta, em razão da dependência química, comportamentos incompatíveis com a vida em sociedade. Relata, ainda, que se tentou realizar o tratamento ambulatorial, assim como a internação voluntária/involuntária de Paulo, contudo, sem êxito. Aduz que, ante a gravidade de seu estado de saúde, tendo comprometida sua capacidade de discernimento, não aceita o tratamento médico adequado, sendo necessária a sua internação compulsória, em clínica especializada em recuperação de toxicômanos.

Foi deferida a tutela provisória de urgência (fls. 26/27).

Citado, o Município de São Carlos apresentou contestação (fls. 35/50).

Veio aos autos informação sobre a internação do correquerido Paulo na Clínica Vem e Ser, em São Pedro/SP (fl. 72).

Houve réplica (fl. 78/80).

Foi nomeado Curador Especial a Paulo Eduardo, que contestou a ação por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

negativa geral (fl. 98).

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva alegada. Isto porque a Constituição Federal, no artigo 196, estabelece que *'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação'*.

Ademais, foi estabelecida competência comum para todos os entes da federação no cuidado da saúde e, não fosse isso o suficiente, o artigo 30, inciso VII, confere aos Municípios a competência para prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

A solidariedade passiva dos entes públicos (União, Estado e Municípios) resta evidente na leitura do artigo 198, caput e parágrafo primeiro, da Constituição Federal, quando afirma que *"as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único"* e que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da *"seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes"*.

Como a solidariedade passiva implica possibilidade de o credor cobrar de qualquer um dos devedores, não há que se falar em quinhão de responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município no fornecimento gratuito de medicamentos ou de tratamento médico.

Incabível, também, o chamamento ao processo, pois não se trata de obrigação de pagar quantia certa, mas sim de obrigação de fazer. Assim, cabe ao Município demandar os demais entes federados, regressivamente e não impor este ônus ao autor.

No mérito, o pedido merece acolhimento.

A necessidade para a internação compulsória de Paulo vem confirmada pelos documentos trazidos com a inicial, tendo a ação respaldo no artigo 196 da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Constituição Federal, segundo o qual “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Desta forma, é necessário o acolhimento do pedido inicial, com a manutenção da internação do correquerido Paulo, como forma de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que o cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para confirmar a tutela provisória de urgência deferida, condenando o Município de São Carlos a custear a internação de Paulo em clínica de adictos, até que obtenha alta médica.

Sem condenação em honorários.

O ente público requerido é isento de custas, na forma da lei.

P. I

São Carlos, 22 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**